

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MIKAELLE SANTOS DA MATA

**DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELO SETOR
AGROPECUÁRIO LISTADOS NA BM&FBOVESPA ATRAVÉS DA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

RIO VERDE, GO

2016

MIKAELLE SANTOS DA MATA

**DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELO SETOR AGROPECUÁRIO
LISTADOS NA BM&FBOVESPA ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira

RIO VERDE, GO

2016

Ficha Catalográfica

MATA, Mikaelle Santos da Mata.

Distribuição da Riqueza Gerada pelo Setor Agropecuário listados na BM&FBovespa através da Demonstração Do Valor Adicionado/ Mikaelle Santos da Mata – Rio Verde – 2016
44f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2016.

Orientadora: Prof.^a Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira

1. CPC 09. 2. Demonstração do Valor Adicionado. 3. Agropecuária

Bibliotecário(a) responsável:

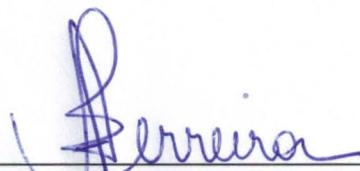
MIKAELLE SANTOS DA MATA

**DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELO SETOR AGROPECUÁRIO
LISTADOS NA BM&FBOVESPA ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO
VALOR ADICIONADO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 29 de novembro de 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Leonardo Antônio Rodrigues
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, meu irmão e minha família, vocês são os melhores.

Dedico a minha amiga Natália e Thays que sempre estão comigo em todos os momentos.

E a mim mesma, que me privei de muitas coisas para concluir mais uma etapa com muito esforço.

AGRADECIMENTOS

Todos nós sabemos que a caminhada para a conclusão de qualquer etapa da vida é árdua e sempre devemos agradecer a Deus pelos momentos ruins, que serve de aprendizado e pelos momentos bons, que é um incentivo. Essa não foi diferente, agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido saúde e força de vontade para a conclusão dessa fase da minha carreira profissional.

Aos meus pais e ao meu irmão, por sempre estarem ao meu lado e acreditarem em mim enquanto nem eu depositava nenhum valor.

Agradeço aos meus amigos da faculdade pelas boas risadas e espero que sempre estejamos juntos, pois hoje somos uma família.

Agradeço também a todos os meus professores, que transmitiram seus conhecimentos por esses 4 (quatro) anos, e especialmente a minha Orientadora Adriane Gomes Ferreira Silveira, que foi meu pilar, me incentivando muito a conclusão dessa fase e que esse bebê que está em seu ventre venha com muita saúde e que seja rodeado de amor e alegria.

Por fim, agradeço aos meus amigos que a vida me proporcionou, peço desculpas pelas vezes que marcamos de sair e sempre não ia mais que compreendiam que eu tinha um TCC para fazer, agradeço também a um amigo em especial que prefere que seu nome não seja revelado.

Muito obrigada a todos vocês que contribuíram direto e indiretamente, vocês fizeram a diferença.

RESUMO

MATA, Mikaelle Santos da. *Distribuição da riqueza gerada pelo setor agropecuária listadas na BM&FBovespa através da Demonstração do Valor Adicionado*. 2016. 44p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2016.♦

A Demonstração do Valor adicionado (DVA) surgiu na Europa, em decorrência de um imposto sobre o valor agregado nos países desse continente e, atingindo uma grande parte do Reino Unido ao final dos anos 70, porém, no Brasil ela só passou a ser obrigatória para as companhias de capital aberto em 2007, através da criação da Lei 11.638. Destarte, essa pesquisa justificou-se pelo fato do agronegócio brasileiro estar em ascensão. Dessa forma, é importante verificar como suas riquezas estão sendo distribuídas. Como objetivo geral, esse trabalho apresentou o seguinte: Identificar a distribuição das riquezas das empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBovespa apresentadas através da DVA – Demonstração do Valor Adicionado. Para alcançá-lo, a amostra utilizada foi de três empresas, foi analisado as demonstrações dos anos de 2011 a 2015. Referente às classificações desta pesquisa, aos objetivos classificou em exploratória e descritiva, quanto aos procedimentos o mesmo foi considerado bibliográfico, à abordagem do problema de pesquisa classificou-se como qualitativa e quantitativa, e por fim, a técnica de coleta de dados, fora utilizado a indireta. Através deste estudo, concluiu-se que a área que mais acumula riquezas distribuídas é a de Remuneração de Capitais de Terceiros com 60,36% onde as subcontas são compostas por juros, aluguéis, entre outras, mostrando assim que as empresas analisadas estão com um alto índice de endividamento não sendo bom para a saúde das empresas que compõem a amostra. Logo após em segundo lugar encontra-se a área de Pessoal, com 29,20%, na terceira colocação os Impostos, Taxas e Contribuições com 18,52%, em sequência encontra-se a categoria Outras Distribuições, com 0,15%, por fim, a Remuneração de Capital Próprio, com percentual negativo de – 8,23%.

Palavras-chave: CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. Agropecuária.

♦ Banca examinadora: Prof.^a Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira – UniRV (Orientadora); Prof.^o Esp. Leonardo Antônio Rodrigues; Prof.^o Esp. Rafael Crisóstomo Alves. – UniRV.

ABSTRACT

MATA, Mikaelle Santos da. *Distribution of wealth generated by the agricultural sector listed on BM&FBovespa through the Added Value Statement*. 2016. 44p. Monograph (Graduation in Accounting) - UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2016.♦

The Added Value Statement (AVS) emerged in Europe as a result of a tax on the added value in the countries of that continent, reaching a large part of the UK in the late 70s. However, in Brazil it just happened to be mandatory for open capital public companies in 2007, from the arisen of Law 11.638. Thus, this research is justified for Brazilian agribusiness being on the rise; therefore, it is important to observe how its wealth is being distributed. This research was aimed at identifying the distribution of wealth of companies in the agricultural sector listed on BM & FBovespa presented by AVS - Added Value Statement. In order to get it, the sample was composed by three companies and the statements from 2011 to 2015 were analyzed. Concerning the classifications of this research, it was considered exploratory and descriptive for its objectives, bibliographic as its procedure, qualitative and quantitative for its approach and finally, indirect for the data collection technique. Through this study, it was concluded that the area that accumulates more wealth distributed is the third party capital remuneration, with 60.36% where the sub-accounts are composed by interest and rents, among others, showing that the companies analyzed have a high debt ratio, which is not good for the health of companies in the sample. In the second position is the personal area, with 29.20%; in third place are taxes and contributions with 18.52%, following is the category “other distributions” with 0.15 % and finally the equity compensation, showing a negative percentage of -8.23%.

Key words: CPC 09. Added Value Statement. Agriculture.

♦ Examining board: Teacher Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira – UniRV (Advisor); Teacher Esp. Leonardo Antônio Rodrigues; – UniRV; Teacher Esp. Rafael Crisóstomo Alves – UniRV.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DVA consolidada: 2011.....	36
GRÁFICO 2 – DVA consolidada: 2012.....	36
GRÁFICO 3 – DVA consolidada: 2013.....	37
GRÁFICO 4 – DVA consolidada: 2014.....	38
GRÁFICO 5 – DVA consolidada: 2015.....	38
GRÁFICO 6 – DVA consolidada: (2011 a 2015)	39
GRÁFICO 7 – Área Pessoal.....	40
GRÁFICO 8 – Área Impostos, Taxas e Contribuições	40
GRÁFICO 9 – Área Remuneração de Capitais de Terceiros	41
GRÁFICO 10 – Área Remuneração de Capital Próprio	42
GRÁFICO 11 – Área Outras Contribuições.....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estrutura para empresas em gerais conforme CPC 09	16
QUADRO 2 – Estrutura para instituições financeiras bancarias conforme CPC 09.....	18
QUADRO 3 – Estrutura para seguradoras conforme CPC 09.....	19
QUADRO 4 – População e amostra da pesquisa	25

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Demonstração do Valor Adicionado: Vanguarda Agro.....	27
TABELA 2 – Demonstração do Valor Adicionado: SLC Agrícola	30
TABELA 3 – Demonstração do Valor Adicionado: PomiFrutas	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo geral	13
1.3.2 Objetivos específicos.....	13
1.4 JUSTIFICATIVA.....	13
1.5 DELIMITAÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS	15
2.2 PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16
2.3 IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	20
2.4 SETOR AGROPECUÁRIO E SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA NACIONAL	21
3 PROCEDER METODOLÓGICO	23
3.1 QUANTO À NATUREZA	23
3.2 QUANTO AOS OBJETIVOS.....	23
3.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	24
3.4 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	24
3.5 PERÍODO DE ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRA	25
3.5.1 Período de estudo	25
3.5.2 População e amostra.....	25
3.6 COLETA DE DADOS	26
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	26
4.1 ANÁLISE DOS DADOS	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	455

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A DVA surgiu na Europa, em decorrência de um imposto sobre o valor agregado nos países desse continente, e, atingindo uma grande parte do Reino Unido ao final dos anos 70 (CUNHA, 2002).

Em 2007, foi criada através da Lei nº 11.638, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) onde as companhias de capital aberto estão obrigadas à sua elaboração e publicação.

Tomando um instrumento de análise, o objetivo desse estudo traz em questão a evidencição das riquezas criadas pelas entidades e sua distribuição (CPC 09) no ramo agropecuário.

Em consonância com Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um importante meio de evidencição de vários aspectos sociais e econômicos. A DVA em sua estrutura, traz a contribuição da empresa para os entes públicos através do pagamento de impostos, taxas e contribuições, bem como o valor distribuído entre funcionários e acionistas.

Com o mercado econômico atual, o ramo agropecuário vem se destacando em grande porcentagem no PIB brasileiro. Em 2015 enquanto o PIB total nacional retraiu 3,8%, o do agronegócio cresceu 1,8%, em relação a 2014 que foi de 0,4% (FAESC, 2016).

Este estudo trouxe por finalidade de forma abrangente, para onde foram distribuídas as riquezas das entidades do ramo agropecuária listada na BM&FBovespa.

A demonstração do Valor Adicionado ela busca apresentar o montante do valor adicionado pela Sociedade e sua forma de contribuição. Deve ser evidenciada a distribuição dessa riqueza gerada pela Companhia, entre empregados, acionistas, financiadores, governo e outros (ALMEIDA, 2014).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como são distribuídas as riquezas das empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBovespa apresentadas através da DVA – Demonstração do Valor Adicionado?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar a distribuição das riquezas das empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBovespa apresentadas através da DVA – Demonstração do Valor Adicionado.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a finalidade e importância do Comitê de Pronunciamentos Técnicos e do CPC 09;
- b) Evidenciar a importância do setor agropecuário no país;
- c) Apresentar as riquezas criadas pelas empresas do setor agropecuário e a forma como foram distribuídas.

1.4 JUSTIFICATIVA

A DVA - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09) é umas das demonstrações contábeis obrigatórias. A entidade deve elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis, divulgadas ao final de cada exercício social, onde seu objetivo é a evidenciação das riquezas criadas pelas entidades e sua distribuição durante determinado período (CPC 09, 2008).

O agronegócio nos dias atuais pode ser considerado uns dos segmentos que tem extrema importância no cenário econômico brasileiro. Apesar de vários obstáculos, ele vem se destacando pela grande geração de empregos e pela exportação de grãos que arrecada bilhões a cada passar de ano (FAESC, 2016). Nessa pesquisa encontra-se de forma detalhada toda a evolução do cenário agropecuário brasileiro e como foram distribuídas suas riquezas com diversas referências bibliográficas, fazendo dessa pesquisa que se tenha valor relevante para todo o público interessado, visto que nos últimos anos a economia brasileira teve oscilações e esse ramo se manteve em alta (FAESC, 2016).

Destarte, faz-se importante analisar esse tema, uma vez que o setor agropecuário brasileiro está em alta, sendo assim, é relevante verificar de que forma está sendo distribuída a sua riqueza.

Este estudo também se faz proeminente visto à importância da DVA – Demonstração do Valor Adicionado, para conhecer e entender os aspectos econômicos e sociais, uma vez que no mundo cooperativo o resultado obtido no final do exercício financeiro, sendo positivo, contribui para que os sócios possam ter uma melhoria na qualidade de vida, através da participação dos resultados.

Para os investidores e credores, com a economia em constante variação é de relevância uma vez que dados, mostram o constante crescimento do ramo agropecuário nos últimos anos. A DVA proporciona conhecimento sobre uma melhor avaliação das atividades da entidade na qual ela está inserida e informações de natureza econômica e social (CPC 09, 2008).

É benéfico para os Órgãos reguladores já que a DVA em sua composição traz detalhadamente as informações referentes ao recolhimento de impostos, taxas e contribuições. Para a sociedade terá caráter informativo, visto que as pessoas terão a oportunidade de enxergar para onde as riquezas de empresas fundamentais para economia estão sendo distribuídas.

Para o meio acadêmico é importante como forma de desenvolvimento da ciência e também para despertar interesse nos acadêmicos em realizar pesquisas futuras, tomando esta como base. Aos pesquisadores será de valor imensurável, pois a pesquisa agregará conhecimento de um assunto pouco evidenciado.

1.5 DELIMITAÇÃO

Este estudo delimitou-se as entidades brasileiras de capital aberto do ramo agropecuário, que estejam classificadas no setor econômico de consumo não cíclico, subsetor de agropecuária com o segmento na agricultura e que divulgaram suas demonstrações contábeis na BM&FBovespa no período de 2011 a 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS

Em consonância com o pensamento de Garcia et al. (2007), na atualidade, o grande desafio de uma organização é a informação, pois somente através dela os gestores terão suporte para tomar decisões em tempo hábil.

Verificado a importância das informações contábeis, as empresas buscaram uma forma de as divulgarem, nascendo assim os relatórios financeiros que têm por objetivo principal fornecer informações necessárias e relevantes para que tais, auxiliem na tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2000).

Para Rodrigues (2013) a divulgação da informação contábil por parte das entidades em seus relatórios financeiros, constitui uma das formas de comunicação mais importantes que os gestores possuem na relação com os investidores em geral.

Como essa necessidade de divulgação deu-se a nível mundial, no ano de 1973 criou-se o IASC (*International Accounting Standards Committee*) com o objetivo de redigir e publicar pronunciamentos contábeis em um novo padrão que possa ser compreendido em qualquer parte do mundo. Este novo conceito de normas recebeu o nome de IAS (*International Accounting Standard*) (ZEFF, 2014).

Após a criação do IAS, o Conselho Federal de Contabilidade, resolveu em meados do ano de 2005, através da Resolução CFC nº 1.055/05, criar então o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); Comitê este que tem por finalidade principal discutir, analisar, orientar, interpretar e divulgar pronunciamentos técnicos ditando quais serão os procedimentos contábeis adotados em diversas situações (CFC, 2005).

É válido ressaltar que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis é responsável por emitir normas de acordo com o *International Accounting Standards Board* (IASB), buscando sempre a uniformização dos demonstrativos contábeis, proporcionando assim, a diminuição dos riscos de investimentos em diversos países, melhor entendimento nas demonstrações contábeis internacionais pelos usuários e facilidade na comunicação contábil por meio de demonstrações internacionais mais semelhantes (CPC, 2008).

2.2 PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 2007 foi aprovada a Lei nº 11.638, que veio a acrescentar na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a obrigatoriedade das companhias de capital aberto passarem a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Logo após, no ano de 2008, o Comitê de pronunciamentos técnicos criou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo então esta norma a responsável por demonstrar como deveria ser elaborada essa demonstração (CPC, 2008).

Vale ressaltar que a Demonstração do Valor Adicionado não é obrigatória para as normais internacionais, *International Accounting Standards Board*(IASB) (CPC 09, 2008).

O CPC 09 (2008) relata em sua composição sobre a DVA, como ela deve ser elaborada, quanto à forma que deve ser composta, seu alcance, características e apresentação; tendo como finalidade estabelecer critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas (CPC 09, 2008).

A DVA surgiu na Europa por volta do Século XVII, em decorrência de um imposto sobre o valor agregado nos países Europeus e, atingindo uma grande parte do Reino Unido ao final dos anos 70, após a publicação do *Corporate Report*, um relatório que advertia a elaboração da DVA, para demonstrar como os seus resultados estavam sendo distribuídos. (CUNHA, 2002).

A Resolução CFC nº 1.138, 21 de novembro de 2008, traz em sua composição três modelos para a divulgação da DVA. Essas diferenças entre os modelos são de acordo com as atividades exercidas de cada entidade. O primeiro modelo é para as empresas em geral tais como Comerciais e Industriais, o segundo modelo para Instituições Financeira Bancárias e o terceiro e último modelo para as Seguradoras (CFC, 2008).

De acordo com o CPC 09 (2008), os modelos apresentados a seguir, servem para um melhor entendimento e detalhamento seguindo as orientações do CPC 09:

O modelo I do CPC 09 (2008) apresenta a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) utilizado pelas empresas em Geral, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 - Estrutura para empresas em gerais conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 - RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09 (2008).

O modelo II do CPC 09 (2008) apresenta a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) utilizado pelas Instituições Financeiras Bancárias, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 - Estrutura para instituições financeiras bancárias conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 - RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão		
1.4) Outras		
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09 (2008).

O modelo III do CPC 09 (2008) apresenta a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) utilizado pelas Seguradoras, conforme o Quadro 3.

QUADRO 3 - Estrutura para seguradoras conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 - RECEITAS		
1.1) Receitas com operações de seguros		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		
2.1) Operações de seguros		
2.2) Operações de previdência		
3 - RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)		
4 - BENEFÍCIOS E SINISTROS		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
4.5) Outras		
5 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
6 - VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)		
7 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
8 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)		
9 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		
9.4) Resultado com operações de cosseguros cedidos		
9.5) Outras		
10 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)		
11 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de Capitais Próprios		
11.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09 (2008).

2.3 IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Conforme Righetti e Michel (2007), o crescimento das riquezas das empresas resulta em acréscimo das receitas e influi diretamente no aumento da economia do país. Sendo assim, viu-se a necessidade de criar algum demonstrativo que evidenciasse a forma como essas riquezas foram distribuídas, surgindo assim a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a ser obrigatória para as companhias de capital aberto a partir de 2007, ano em que a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 complementou à Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, fazendo com que as mencionadas companhias passassem a divulgar a forma como suas riquezas foram distribuídas.

Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005) a Demonstração do Valor Adicionado trata-se de um relatório contábil, onde é demonstrado os benefícios que as organizações oferecem para a sociedade, por meio da mão-de-obra captada na comunidade em que estão inseridas e da sua capacidade de gerar riqueza para a economia, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico.

Conforme mencionado, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é responsável por demonstrar a forma com que as riquezas de determinadas empresas são distribuídas. Ela passou a ser uma ferramenta para que os usuários tornassem capazes de acompanhar os rendimentos, retornos, remunerações de capital, contribuições para a sociedade, pagamentos de impostos, entre outros (CORRÊA, 2010).

Ainda conforme Corrêa (2010) entre os usuários da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) encontram-se trabalhadores, fornecedores, clientes, professores, sindicatos, instituições financeiras, investidores, autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, a sociedade, o estado entre outros.

Em consonância com Marion (2009) entre as funcionalidades apresentadas nesta demonstração está a de apresentar todas as riquezas que foram geradas pela entidade, qual o somatório de valores referentes aos fatores de produção, e por fim, apresentar como essas riquezas foram distribuídas entre os departamentos: social, pessoal e do governo.

A aplicabilidade da DVA na ciência econômica, especialmente quando se trata da macroeconomia, é dada como uma ferramenta útil para calcular e determinar o produto

nacional, ou seja, definir a noção de riqueza gerada no sistema econômico (SANTOS; HASHIMOTO, 2003).

2.4 SETOR AGROPECUÁRIO E SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA NACIONAL

Em consonância com Contini et al. (2006) pode-se definir agronegócio como a cadeia produtiva responsável pela fabricação de insumos, produção nos estabelecimentos agropecuários, passando pela transformação, até chegar ao ponto de seu consumo ou comercialização.

Ainda conforme Contini et al. (2006), nos últimos anos observou-se que o setor agropecuário vem desenvolvendo-se cada vez mais a nível nacional, passando inclusive a apresentar crescimento superior a outras atividades, como por exemplo o setor industrial e também, o setor de serviços que apresentaram crescimento inferior ao agropecuário.

Conforme Canuto (2004), nos meios de comunicação é apresentado diariamente o desenvolvimento do agronegócio, as feiras e exposições agropecuárias que explicitam em geral aos produtores rurais uma visão mais ampla sobre a situação deste setor, sendo que um ponto que merece atenção especial é a modernização nos campos, principalmente dos avanços tecnológicos das máquinas agrícolas, que trazem consigo maior produtividade se comparado a períodos em que os serviços desempenhados eram braçais.

Segundo Silva, Cesário e Cavalcanti (2006), o setor considerado de maior importância no cenário nacional é justamente o agronegócio. E ainda de acordo com os mesmos autores, apesar dos obstáculos enfrentados, este setor vem mantendo um crescimento sustentável e hoje consegue ótimos resultados que refletem sua relevância no aspecto financeiro das pessoas e para todos que estão ligados a ele.

Tal crescimento pode ser evidenciado através de diversos dados, em 2006 por exemplo as exportações deste setor somaram US\$ 49,47 bilhões, com participação de 35,9% no montante que fora exportado pelo Brasil naquele ano e em 2014 as exportações bateram a marca de US\$ 96,75 bilhões com participação de 43,0% no total das exportações do referido período, ou seja, houve crescimento das exportações agropecuárias de 95,6% ou US\$ 47,28 bilhões comparando 2006 e 2014 (BRASIL, 2015).

Em um recente estudo divulgado pelo Ministério da Agricultura, demonstrou-se que houve uma evolução na produção agrícola, no setor de defensivos, insumos, fertilizantes,

máquinas e implementos agrícolas e apontou também que em 2014 cerca de 23% do PIB (Produto Interno Bruto) girou em torno do agronegócio (BRASIL, 2014).

Deste modo, Figueiredo, Santos e Lima (2012) dizem que os produtos gerados pelo agronegócio são importantes para o Brasil na forma de exportações ou pela predisposição em gerar renda, representando cerca de um terço do produto interno bruto brasileiro.

Parte do destaque deste segmento se dá pela geografia privilegiada e a abundância de recursos naturais existentes, que tornam o agronegócio no Brasil um setor próspero, seguro e rentável. Esses mesmos fatores, elucidam ainda que o Brasil é um local estratégico para a agropecuária e suas ramificações dos negócios que estejam relacionados às cadeias de produção (BORGES, 2004).

Olhando-se para a balança comercial, é possível constatar que este segmento de mercado tem influência nas exportações, participando com mais de 30% do montante total de exportações e contribuindo para que eventuais déficits comerciais do Brasil em outros segmentos fossem equilibrados (ARAÚJO, 2003).

Em consonância com Herrera et al. (2005), o mercado agropecuário não se resume somente na criação de gado. O Brasil também é imponente quando se trata da agricultura. No ano de 2004 por exemplo, o país exportou cerca de 14,5 milhões de toneladas de açúcar, o que é um marco para os produtores de cana-de-açúcar e abre caminhos para que o Brasil venha a se tornar também um dos maiores fornecedores do mundo de álcool anidro.

O segmento agropecuário é importante também na geração de empregos. No ano de 2001 gerou cerca de 27 milhões de empregos, sendo 17 milhões deles na agricultura, e os 10 milhões restantes atuando em diversos setores do agronegócio, deixando assim todas essas pessoas em plena atividade (CONTINI, 2002).

Conforme Sproesser et al. (2009), o agronegócio brasileiro só não se destaca mais devido aos desperdícios que enfrenta no escoamento da produção, que em muitas das vezes é realizado de forma indevida. Dalmás, Lobo e Rocha Júnior (2009) afirmam que cerca de 67% das cargas agrícolas são transportadas por malha rodoviária e o prejuízo com o derrame de grãos durante esse transporte chega a R\$ 2,7 bilhões em cada safra.

Sendo assim, se faz necessária uma atenção especial aos meios de escoamento da produção, sendo necessário contribuir para evolução estrutural, através do incentivo da criação de polos de integração entre os sistemas rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo, para que se torne possível uma redução de custos e consequente aumento no nível destes serviços (SANT'ANA, 2010).

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 QUANTO À NATUREZA

Para Silva e Menezes (2001), quanto à natureza, a pesquisa pode ser dividida em Básica e Aplicada.

Pesquisa Básica é o estudo de informações que contribui para explicar os novos conhecimentos adquiridos dos fatos ocorridos. Pesquisa Aplicada é a busca em obter conhecimentos para aplicação de práticas para resolver o problema da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2001).

A natureza dessa pesquisa se classificou como Pesquisa Básica, pois é um estudo que teve a finalidade de explicar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), identificando a distribuição das riquezas das empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBovespa.

3.2 QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser Exploratória, Descritiva e Explicativa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Pesquisa Exploratória permite o estudo do problema de pesquisa sob diversos ângulos e aspectos, com abrangência de vários autores para enriquecer o conhecimento na resolução do tema abordado. Descritiva tem características de observar, registrar e descrever fatos analisados. Já a Explicativa é uma pesquisa mais complexa onde analisa e explica a razão e os porquês dos fenômenos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Com relação aos objetivos, essa pesquisa se classificou em apenas Descritiva. Descritiva quando buscou demonstrar a distribuição da riqueza nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 que foram geradas pelas empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBovespa.

3.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Para Beuren (2006) os procedimentos técnicos são classificados em: Estudo de caso, Levantamento, Bibliográfica, Experimental, Documental e Participante.

Estudo de caso é caracterizado por ser um procedimento mais aprofundado do problema de pesquisa permitindo um conhecimento mais amplo e detalhado (BEUREN, 2006). Já o Levantamento coleta informações direta das pessoas do universo pesquisado, porém é um estudo de pouca profundidade mais tem um conhecimento direto com a realidade (GIL, 2008, p. 55). A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já publicado, buscando conhecer e analisar fenômenos existentes (GIL, 2008, p. 50).

Gil (2008, p.51) define a pesquisa experimental como a que “consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto”. Tendo a sua principal característica a manipulação das variáveis.

Conforme Silva e Grigolo (2002), citado por Beuren (2006), a pesquisa documental contém quase as mesmas características da pesquisa bibliográfica, se fazendo diferente quando as fontes da pesquisa documental ainda não receberam tratamento analítico, buscando assim trazer algum valor da informação bruta para o problema de pesquisa. E por fim se tem a pesquisa participante onde os pesquisadores e participantes tem bastante interação no problema de pesquisa a ser estudado para o alcance do resultado desejado (BEUREN, 2006).

A pesquisa em questão, quanto aos procedimentos, teve caráter bibliográfico, já que foi embasada em livros, pesquisas, teses e artigos já publicados para elaboração do referencial teórico necessário para realização da pesquisa e documental quando trás em sua composição de anlise as demonstrações contábeis das empresas que compõe a amostra.

3.4 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Sob o ponto de vista de Prodanov e Freitas (2013), quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser: qualitativa e quantitativa.

A abordagem qualitativa analisa, interpreta e descreve os fenômenos com mais profundidade. A abordagem quantitativa apresenta que tudo pode ser quantificável, transformado em números com o uso de instrumentos estatísticos (BEUREN, 2006).

Analisando o problema e os objetivos da pesquisa, a presente pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa e quantitativa, qualitativa à medida que traz consigo conceitos, características e informações sobre a DVA no ramo agropecuário e quantitativa quando apresenta gráficos, tabelas e percentuais sobre a alocação de suas riquezas geradas no ramo em questão.

3.5 PERÍODO DE ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRA

3.5.1 Período de estudo

Com o intuito de evidenciar a distribuição da riqueza gerada pela entidade do setor agropecuário e sua distribuição através do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado foram analisados cinco anos, que são os anos de 2011 a 2015, para obter uma verificação de forma mais ampla, identificando como o percentual de distribuição evoluiu nesses anos, ou seja, se aumentou ou diminuiu, entre pessoal, contribuições, impostos e taxas, remuneração de capitais de terceiros, remuneração de capitais próprios.

3.5.2 População e amostra

A população para a realização da pesquisa constituiu-se de 3 (três) empresas listadas na BM&FBovespa (consulta realizada no dia 03/06/2016). Optou-se por utilizar toda esta população como amostra, conforme apresentado no Quadro 4.

A amostra fora intencional e não probabilística, observando as empresas, que se encontram no subsetor de Agropecuária com o segmento na Agricultura, classificadas conforme sítio da bolsa de valores.

QUADRO 4 - População e amostra da pesquisa

Nº	EMPRESA	NOME DE PREGÃO
1	POMIFRUTAS S.A.	POMIFRUTAS
2	SLC AGRÍCOLA S.A.	SLC AGRÍCOLA
3	VANGUARDA AGRO S.A.	V – AGRO

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

3.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados que se utilizou na pesquisa consistiu na indireta, pois se baseou-se em fontes documentais e bibliográficas que foram as demonstrações contábeis.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A pesquisa utilizou-se para a coleta de dados estritamente as Demonstrações do Valor Adicionado que estão disponibilizadas no sítio da BM&FBovespa.

Os acessos aos dados foram realizados no mês de junho de 2016, com o objetivo de demonstrar a distribuição de suas riquezas geradas.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme os cinco anos (2011 a 2015) que foram pesquisados, analisou-se a Demonstração do Valor Adicionado das três empresas: PomiFrutas S.A., SLC Agrícola S.A. e Vanguarda Agro S.A. A seguir, as mesmas serão apresentadas:

TABELA 1 - Demonstração do Valor Adicionado: Vanguarda Agro S.A.

DVA - ANÁLISE DOS DADOS	VANGUARDA AGRO S.A.									
	2011		2012		2013		2014		2015	
1 - RECEITAS	506.464		1.000.767		744.957		827.423		1.094.217	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	391.607		830.927		766.629		874.625		985.839	
1.2) Outras receitas	113.559		169.840		-19.016		-46.610		108.911	
1.2.1 - Valor Justo dos Ativos Biológicos e produto agrícola	0		132.067		-32.040		-71.903		77.960	
1.2.2 Devolução de vendas	-3.577		-4.579		-19.809		-4.671		-3.485	
1.2.3 Outras receitas	117.136		42.352		32.833		10.468		23.847	
1.3) Resultado na alienação de ativos mantidos para venda	0		0		0		18.187		327	
1.4) PEPRO - Prêmio equalizador pago ao produtor							1.309		10.262	
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	1.298		0		-2.656		-592		-533	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	-420.010		-731.914		-777.342		-689.005		-828.175	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-339.726		-160.594		-85.823		-210.271		-213.569	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-60.879		-207.000		-222.051		-185.036		-179.929	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-13.942		0		0					
2.4) Outras (especificar)	-5.463		-364.320		-469.468		-293.698		-434.677	
2.4.1 - Provisão Para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-3.310		13.718		2.155					
2.4.2 Matérias primas consumidas	3.810		-241.342		-314.664		-305.928		-313.538	
2.4.3 Despesa dos ativos ociosos	-20.189		-1.376		-3.612					
2.4.4 Reversão de redução do REFIS	-4.392		0		0					
2.4.5 Outras despesas	-63.609		-27.576		-39.309		-39.545		-27.273	
2.4.6 Baixa de provisão de ICMS	-6.872		0		0					
2.4.7 Provisão para perdas em estoque	-2.409		-1.914		-311		-428		-381	
2.4.8 Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	91.508		-89.587		-62.596		52.203		-39.353	
2.4.9 Provisão para perdas de ativos	0		-4.724		-51.131		0		-54.894	
2.4.10 Provisão para <i>Impairment</i>	0		-11.519		0					
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	86.454		268.853		-32.385		138.418		266.042	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-142.469		-63.917		-58.911		-56.004		-55.363	

...continua...

...continuação...

5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	-56.015		204.936		-91.269		82.414		210.679	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	118.805		-34.636		43.045		31.973		39.921	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial										
6.2) Receitas financeiras	112.748		40.176		43.045		31.973		39.921	
6.3) Outras	6.057		-74.812		0					
6.3.1 Resultado de Operações Descontinuadas	6.057		-74.812		0					
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	62.790	100%	170.300	100%	-48.251	-100%	114.387	100%	250.600	100%
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	62.790	100%	170.300	100%	-48.251	100%	114.387	100%	250.600	100%
8.1) Pessoal	84.644	134,80%	84.287	49,49%	86.142	178,53%	91.433	79,93%	109.510	43,70%
8.1.1 – Remuneração direta	69.934	82,62%	72.961	86,56%	79.310	92,07%	82.503	90,23%	100.231	91,53%
8.1.2 – Benefícios	9.028	10,67%	3.800	4,51%	2.198	2,55%	2.558	2,80%	1.299	1,19%
8.1.3 – F.G.T.S	5.682	6,71%	7.526	8,93%	4.634	5,38%	6.372	6,97%	7.980	7,29%
8.1.4 – Outros										
8.2) Impostos, taxas e contribuições	33.412	53,21%	16.443	9,66%	-42.839	-88,78%	-39.563	-34,59%	8.655	3,45%
8.2.1 – Federais	23.716	70,98%	5.801	35,28%	-52.019	121,43%	-49.779	125,82%	-3.817	-44,10%
8.2.2 – Estaduais	9.138	27,35%	10.052	61,13%	8.183	-19,10%	9.772	-24,70%	12.255	141,59%
8.2.3 – Municipais	558	1,67%	590	3,59%	997	-2,33%	444	-1,12%	217	2,51%
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	125.002	199,08%	197.694	116,09%	138.319	286,67%	138.004	120,65%	293.935	117,29%
8.3.1 – Juros	43.890	35,11%	188.822	95,51%	136.199	98,47%	97.489	70,64%	260.162	88,51%
8.3.2 – Aluguéis	79.618	63,69%	994	0,50%	484	0,35%	37.922	27,48%	32.018	10,89%
8.3.3 – Outras	1.494	1,20%	7.878	3,98%	1.636	1,18%	2.593	1,88%	1.755	0,60%
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	-180.268	-287,10%	-128.124	-75,23%	-229.873	-476,41%	-75.487	-65,99%	-161.500	-64,45%
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio										
8.4.2 – Dividendos										
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	-180.268	-100,00%	-128.124	-100,00%	-229.873	-100,00%	-75.487	-100,00%	-161.500	-100,0%
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)										
8.5) Outros										

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: dados da empresa, adaptado pela autora (2016).

A Tabela 1 traz a DVA da empresa Vanguarda Agro S.A. nos últimos 5 (cinco) anos (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015). Pode ser observado que apenas no ano de 2013 o valor a distribuir ficou negativo em -48.251.

No ano de 2011, para área de Pessoal foi distribuído riquezas 34,80% a mais do valor total para o ano, Impostos, Taxas e Contribuições utilizou do total a ser distribuído 53,21%, a Remuneração de Capitais de Terceiros chegou a 199,08% quase o dobro do valor da riqueza a ser distribuída e a Remuneração de Capitais Próprios obteve distribuição negativa de -287,10%.

No ano de 2012, a área que mais obteve distribuição foi Remuneração de Capitais de Terceiros com 116,09% do total a ser distribuído. Logo em seguida vem o Pessoal com 49,49%, Impostos, Taxas e Contribuições 9,66% e Remuneração de Capitais Próprios -75,23%.

Em 2013 o ano mais oneroso da empresa a Remuneração de Capitais Próprios chega a -476,41%, Impostos, Taxas e Contribuições com -88,78%, Remuneração de Capitais de Terceiros em 286,67% e Pessoal com 178,53%.

No penúltimo ano analisado, a Remuneração de Capitais de Terceiros é a área que mais reteve riquezas geradas com 120,65%, Pessoal com 79,93%, Impostos, Taxas e Contribuições com -34,59% e Remuneração de Capitais Próprios com -65,99%.

No ano de 2015, a frente temos a Remuneração de Capitais de Terceiros com 117,29%, Pessoal com 43,70%, Impostos, Taxas e Contribuições com 3,45% e Remuneração de Capitais Próprios com -64,45%.

TABELA 2 - Demonstração do Valor Adicionado: SLC Agrícola S.A.

DVA - ANÁLISE DOS DADOS	SLC AGRÍCOLA S.A.									
	2011		2012		2013		2014		2015	
1 - RECEITAS	1.087.748		1.305.312		1.397.510		1.741.150		1.397.510	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	804.752		1.068.684		1.137.523		1.430.556		1.776.804	
1.2) Outras receitas	214.286		146.905		167.232		185.444		308.392	
1.2.1 - Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	209.605		134.331		146.292		163.171		279.830	
1.2.2 Outras receitas	4.681		12.574		20.940		22.273		28.562	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	68.710		89.723		92.755		125.150		61.483	
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)										
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	-605.942		-773.500		-768.445		-1.072.501		-1.156.158	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-2.497		-3.364		-14.134		-20.667		-24.452	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-216.597		-269.911		-279.746		-362.392		-341.337	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-203		-2869		4.202		165		-1.003	
2.4) Outras (especificar)	-386.645		-497.356		-478.767		-689.607		-789.366	
2.4.1 Ajuste do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-175.503		-181.451		-114.026		-192.600		-227.270	
2.4.2 Materias primas consumidas	-211.142		-315.905		-364.741		-497.007		-562.096	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	481.806		531.812		629.065		668.649		990.521	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-68.995		-98.066		-115.517		-99.919		-106.803	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	412.811		433.746		513.548		568.730		883.718	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	147.383		122.951		107.880		139.377		434.645	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial										
6.2) Receitas financeiras	147.128		122.686		107.101		139.012		434.002	
6.3) Outras	255		265		779		365		643	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	560.194	100%	556.697	100%	621.428	100%	708.107	100%	1.318.363	100%
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	560.194	100%	556.697	100%	621.428	100%	708.107	100%	1.318.363	100%
8.1) Pessoal	100.191	17,89%	121.540	21,83%	151.372	24,36%	173.379	24,48%	188.094	14,27%
8.1.1 – Remuneração direta	55.993	55,89%	80.267	66,04%	95.297	62,96%	110.890	63,96%	119.292	63,42%

...continua...

...continuação...

8.1.2 – Benefícios	39.376	39,30%	34.744	28,59%	48.161	31,82%	53.773	31,01%	59.081	31,41%
8.1.3 – F.G.T.S	4.822	4,81%	6.529	5,37%	7.914	5,23%	8.716	5,03%	9.721	5,17%
8.1.4 – Outros										
8.2) Impostos, taxas e contribuições	168.827	30,14%	151.818	27,27%	166.057	26,72%	167.882	23,71%	188.068	14,27%
8.2.1 – Federais	144.495	85,59%	105.236	69,32%	100.396	60,46%	111.655	66,51%	138.639	73,72%
8.2.2 – Estaduais	24.307	14,40%	46.575	30,68%	65.473	39,43%	55.800	33,24%	49.093	26,10%
8.2.3 – Municipais	25	0,01%	7	0,00%	188	0,11%	427	0,25%	336	0,18%
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	131.184	23,42%	244.909	43,99%	207.396	33,37%	296.703	41,90%	821.031	62,28%
8.3.1 – Juros	119.154	90,83%	231.513	94,53%	184.482	88,95%	268.055	90,34%	780.085	95,01%
8.3.2 – Aluguéis	12.030	9,17%	13.396	5,47%	22.914	11,05%	28.648	9,66%	40.946	4,99%
8.3.3 – Outras										
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	159.992	28,56%	38.430	6,90%	96.603	15,55%	70.143	9,91%	121.170	9,19%
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio										
8.4.2 – Dividendos	61.856	38,66%	9.526	24,79%	23.952	24,79%	18.485	26,35%	0	0,00%
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	98.136	61,34%	28.579	74,37%	71.680	74,20%	50.865	72,52%	122.528	101,12%
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	0	0,00%	325	0,85%	971	1,01%	793	1,13%	-1.358	-1,12%
8.5) Outros										

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: dados da empresa, adaptado pela autora (2016).

Na Tabela 2, em 2011, a empresa SLC Agrícola S.A. apresentou um índice de 30,14% das suas riquezas geradas em Impostos, Taxas e Contribuições; em seguida a Remuneração de Capitais Próprios foi 28,56%; a Remuneração de Capitais de Terceiros 23,42% e por último o Pessoal, que apresentou 17,89%.

No ano de 2012, a Remuneração de Capitais de Terceiros ficou com 43,99%, Impostos, Taxas e Contribuições com 27,27%, Pessoal 21,83% do total das riquezas distribuídas e Remuneração de Capitais Próprios com 6,90%.

No ano de 2013, a maior área com riquezas distribuídas foi a Remuneração de Capitais de Terceiros com 33,37%, Impostos, Taxas e Contribuições 26,72%, Pessoal 24,36% e Remuneração de Capitais Próprios com 15,55%

Para 2014 temos com 41,90% a Remuneração de Capitais de Terceiros, Pessoal com 24,48%, Impostos, Taxas e Contribuições com 23,71% e em último a Remuneração de Capitais Próprios com 9,91%.

No último ano analisado, a maior área que obteve riquezas foi Remuneração de Capitais de Terceiros com 62,28%, Impostos, Taxas e Contribuições e Pessoal obtiveram 14,27% e em última posição a Remuneração de Capitais Próprios com 9,19%.

TABELA 3 - Demonstração do Valor Adicionado: PomiFrutas

DVA - ANÁLISE DOS DADOS	POMIFRUTAS									
	2011		2012		2013		2014		2015	
1 - RECEITAS	57.889		51.529		75.538		63.037		38.045	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	53.665		50.448		45.787		60.434		40.254	
1.2) Outras receitas	4.224		2.314		29.751		2.603		-2.209	
1.2.1 - Receitas não Operacionais	4.224		2.314		29.751		2.603		-2.209	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios										
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	0		-1.233		0		0		0	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	-30.196		-28.704		-22.653		-24.811		-26.756	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-24.339		-23.381		-15.190		-15.289		-20.005	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-5.695		-5.267		-7.021		-9.012		-5.744	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos										
2.4) Outras (especificar)	-162		-56		-442		-510		-1.007	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	27.693		22.825		52.885		38.226		11.289	
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-8.442		-7.751		-6.879		-5.871		-4.754	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	19.251		15.074		46.006		32.355		6.535	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.245		1.143		803		302		340	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial										
6.2) Receitas financeiras	2.245		1.143		803		302		340	
6.3) Outras										
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	21.496	100%	16.217	100%	46.809	100%	32.657	100%	6.875	100%
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	21.496	100%	16.217	100%	46.809	100%	32.657	100%	6.875	100%
8.1) Pessoal	19.924	92,69%	21.640	133,44%	18.453	39,42%	22.127	67,76%	23.247	338,14%
8.1.1 – Remuneração direta	13.914	69,84%	15.286	70,64%	13.112	71,06%	16.035	72,47%	16.476	70,87%
8.1.2 – Benefícios	3.784	18,99%	3.155	14,58%	2.749	14,90%	3.666	16,57%	3.877	16,68%
8.1.3 – F.G.T.S	1.784	8,95%	1.696	7,84%	1.401	7,59%	1.470	6,64%	1.760	7,57%
8.1.4 – Outros	442	2,22%	1.503	6,95%	1.191	6,45%	956	4,32%	1.134	4,88%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	710	3,30%	-3.149	-19,42%	3.807	8,13%	867	2,65%	883	12,84%

...continua...

...continuação...

8.2.1 – Federais	413	58,17%	-3.474	110,32%	3.466	91,04%	538	62,05%	601	68,06%
8.2.2 – Estaduais	154	21,69%	88	-2,79%	143	3,76%	140	16,15%	145	16,42%
8.2.3 – Municipais	143	20,14%	237	-7,53%	198	5,20%	189	21,80%	137	15,52%
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	19.245	89,53%	17.109	106%	16.782	35,85%	18.215	55,78%	13.837	201,27%
8.3.1 – Juros	14.919	77,52%	16.297	95,25%	16.350	97,43%	13.638	74,87%	12.451	89,98%
8.3.2 – Aluguéis	215	1,12%	236	1,38%	432	2,57%	1.447	7,94%	0	0%
8.3.3 – Outras	4.111	21,36%	576	3,37%	0	0,00%	3.130	17,18%	1.386	10,02%
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	-21.599	-100,48%	-23.035	-142,04%	7.767	16,59%	-8.552	-26,19%	-31.092	-452,25%
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio										
8.4.2 – Dividendos										
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	-21.599	100,00%	-23.035	100,00%	7.767	100,00%	-8.552	100,00%	-31.092	100%
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)										
8.5) Outros	3.216	14,96%	3.652	22,52%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: dados da empresa, adaptado pela autora (2016).

Na Tabela 3, em análise da empresa PomiFrutas, no ano de 2011, 92,69% foram distribuídos para a área de Pessoal, seguido de Remuneração de Capitais de Terceiros com 89,53%, Impostos, Taxas e Contribuições 3,30%, outras distribuições com 14,96% do total a ser distribuído e Remuneração de Capitais Próprios -100,48%.

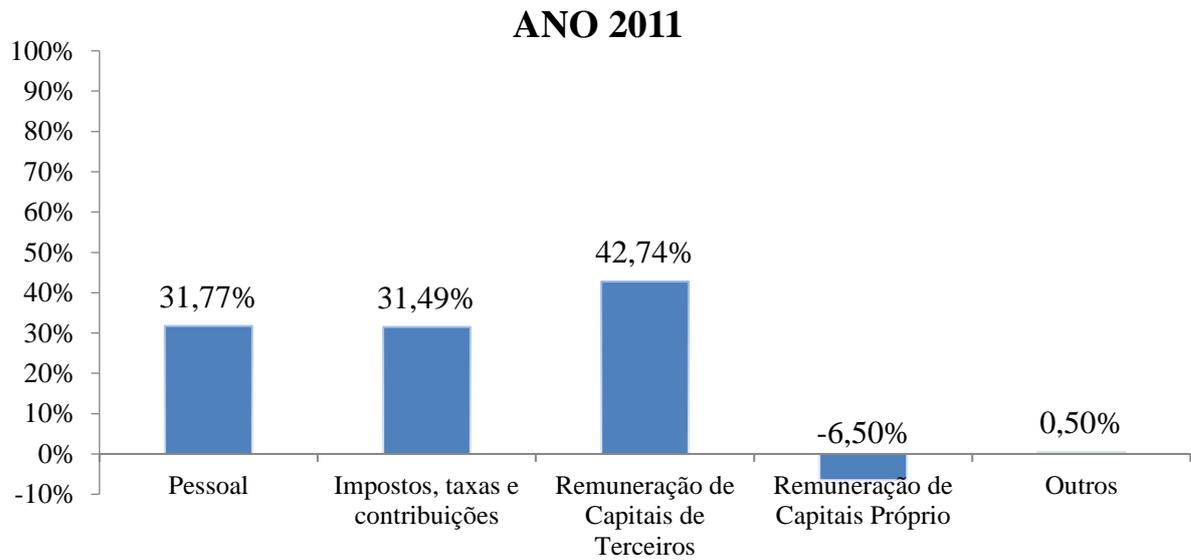
Em 2012, Pessoal obteve 133,44%, a Remuneração de Capitais de Terceiros 106%, na terceira colocação temos outras distribuições com 22,52%, logo em seguida vem Impostos, Taxas e Contribuições com -19,42% e por último com -142,04% temos Remuneração de Capitais Próprios.

Em 2013, o Pessoal ficou com 39,42% das riquezas distribuídas, Remuneração de Capitais de Terceiros com 35,85%, Remuneração de Capitais Próprios com 16,59% e Impostos, Taxas e Contribuições 8,13%.

De acordo com a Tabela 3, no ano de 2014 a empresa PomiFrutas distribuiu para a área de Pessoal 67,76% do valor total de suas riquezas, seguido, a Remuneração de Capitais de Terceiros com 55,78%, Impostos, Taxas e Contribuições 2,65% e Remuneração de Capitais Próprios com -26,19%

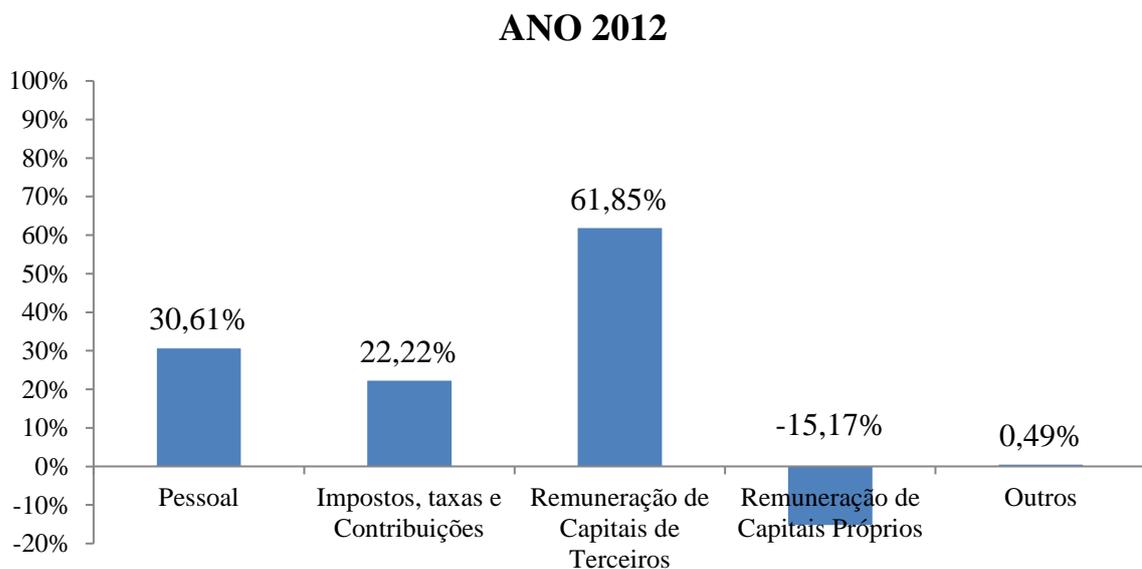
No ano de 2015, a área de Pessoal ficou com 238,14% do valor total distribuído, a Remuneração de Capitais de Terceiros com 201,27%, seguido de Impostos, Taxas e Contribuições com 12,84% e por último com -452,25%, a Remuneração de Capitais Próprios.

Os Gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 a seguir, representam a junção de todas as empresas analisadas e a distribuição das suas riquezas nas áreas, conforme o que a DVA propõe.

GRÁFICO 1 - DVA consolidada: 2011

Fonte: elaborado pela autora (2016).

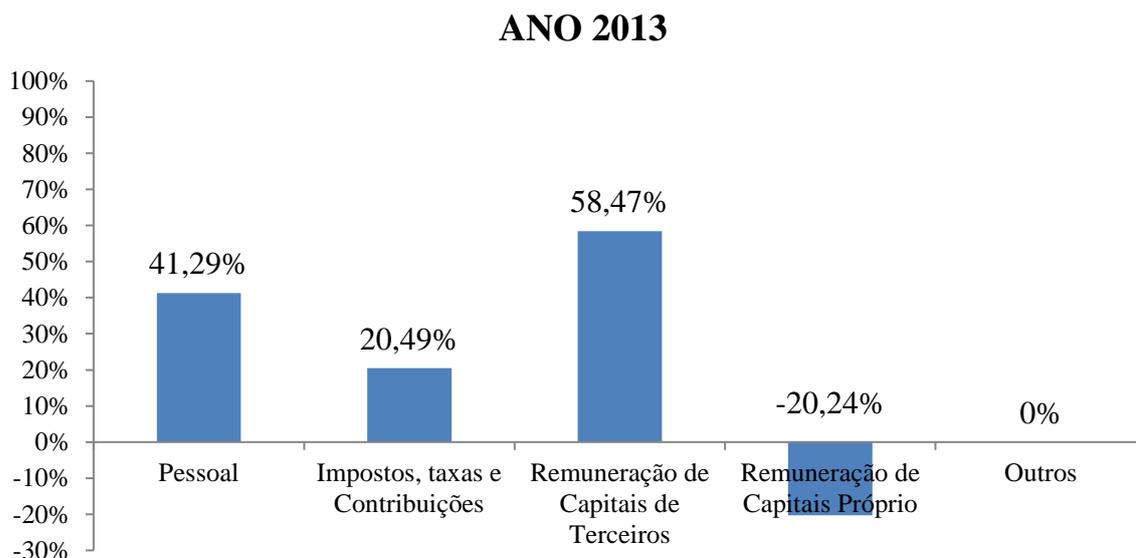
De acordo com o gráfico 1, verifica-se que a maior distribuição de riquezas no ano de 2011 é na área de Remuneração de Capitais de Terceiros com 42,74%, seguido do Pessoal com 31,77%, em terceiro com Impostos, taxas e contribuições com 31,49%, Outras distribuições 0,50%, Remuneração de Capitais Próprios ficando com -6,50% causados pelo prejuízos do exercício das empresas Pomifrutas e Vanguarda.

GRÁFICO 2 - DVA consolidada: 2012

Fonte: elaborado pela autora (2016).

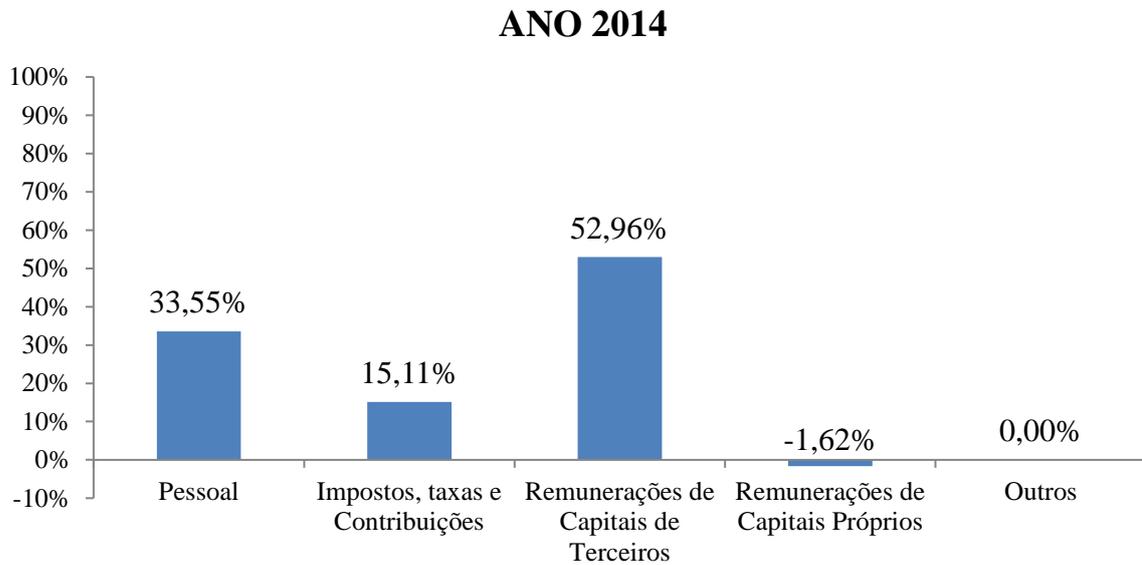
Conforme gráfico 2, Remuneração de Capitais de Terceiros está com o maior direcionamento de riquezas geradas com 61,85%, seguido de Pessoal com 30,61%, Impostos, taxas e contribuições, outros com 0,49% e Remuneração de Capitais Próprios com -15,17% causados pelo prejuízo do exercício das empresas Vanguarda e Pomifrutas.

GRÁFICO 3 - DVA consolidada: 2013



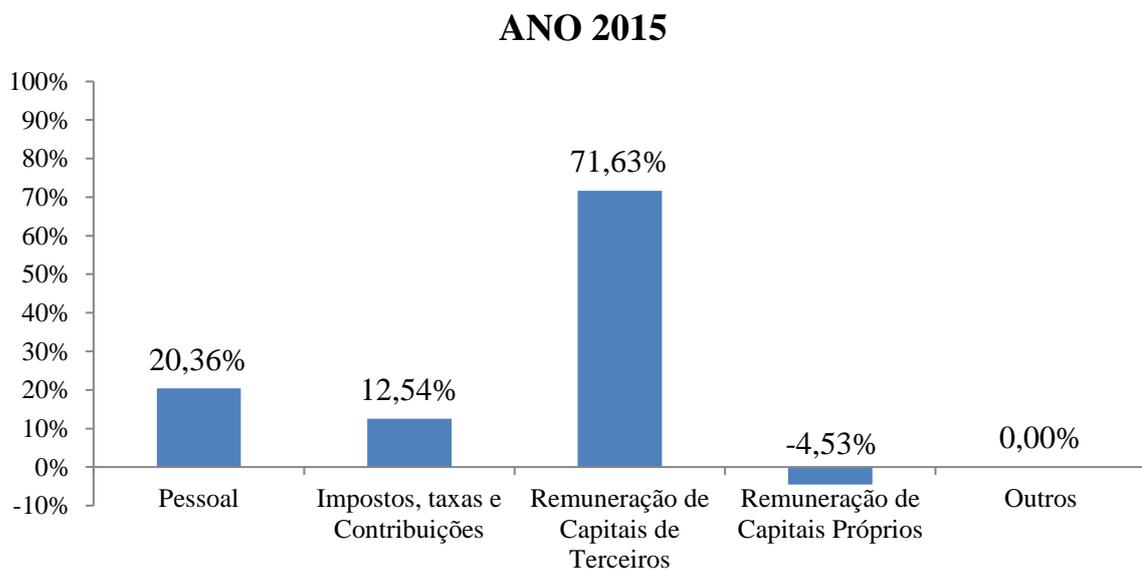
Fonte: elaborado pela autora (2016).

O gráfico 3, demonstra que a maior distribuição de riquezas ainda continua na área de Remuneração de Capitais de Terceiros com 58,47%, logo em seguida Pessoal com 41,29%, Impostos, taxas e contribuições 20,49%, outros não obteve nenhuma riqueza ficando com 0% e Remuneração de Capitais Próprios com -20,24% causados pelo prejuízo do exercício das empresas Vanguarda e Pomifrutas.

GRÁFICO 4 - DVA consolidada: 2014

Fonte: elaborado pela autora (2016).

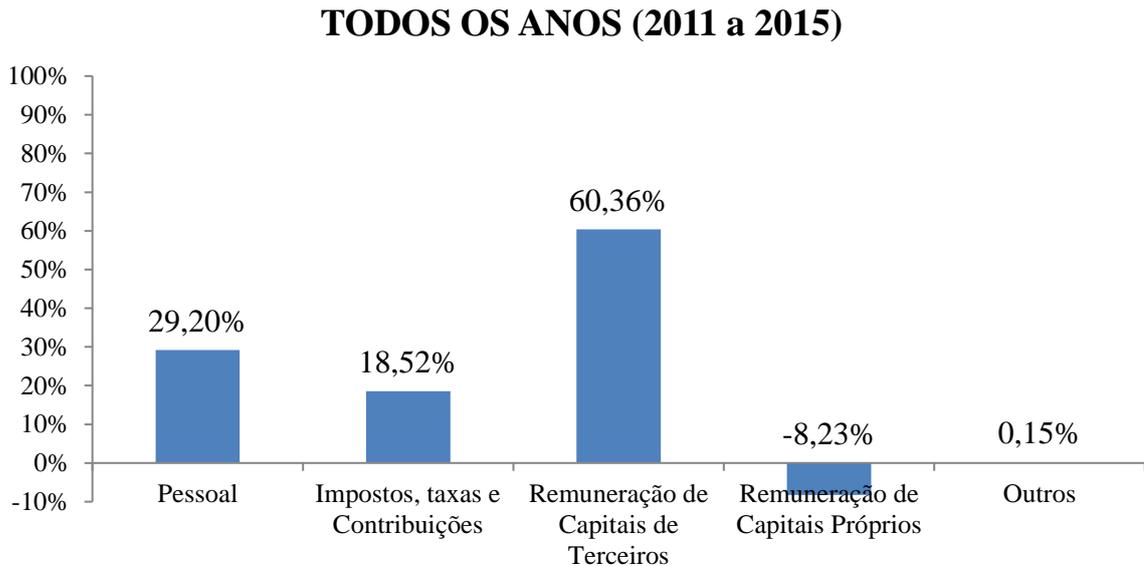
Conforme o gráfico 4, a maior distribuição está direcionada para a Remunerações de Capitais de Terceiros com 52,96%, seguindo de Pessoal com 33,55%, Impostos, Taxas e Contribuições com 15,11%, outros continua estagnado com 0% e Remuneração de Capitais Próprios com -1,62% causados pelo prejuízo do exercício das empresas Vanguarda e Pomifrutas.

GRÁFICO 5 - DVA consolidada: 2015

Fonte: elaborado pela autora (2016).

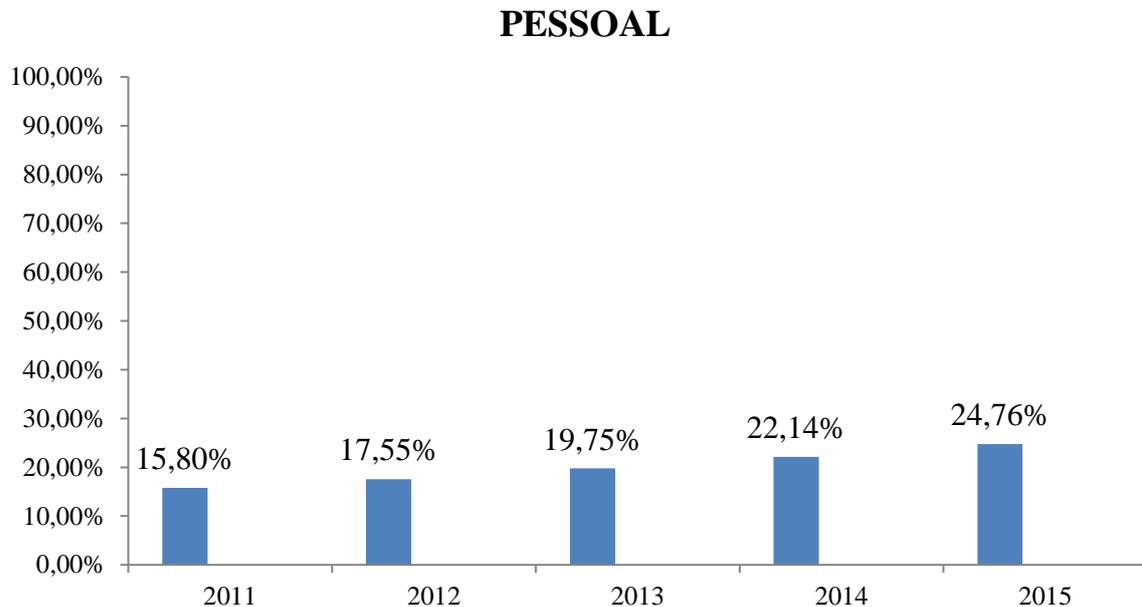
No gráfico 5, a distribuição ficou concentrada na área de Remuneração de Capitais de Terceiros com 71,63%, Pessoal com 20,36%, Impostos, Taxas e Contribuições com 12,54%, outros 0,0% e Remuneração de Capitais Próprios ainda negativo causados pelo prejuízo do exercício das empresas Vanguarda e Pomifrutas com -4,53%.

GRÁFICO 6 - DVA consolidada: (2011 a 2015)



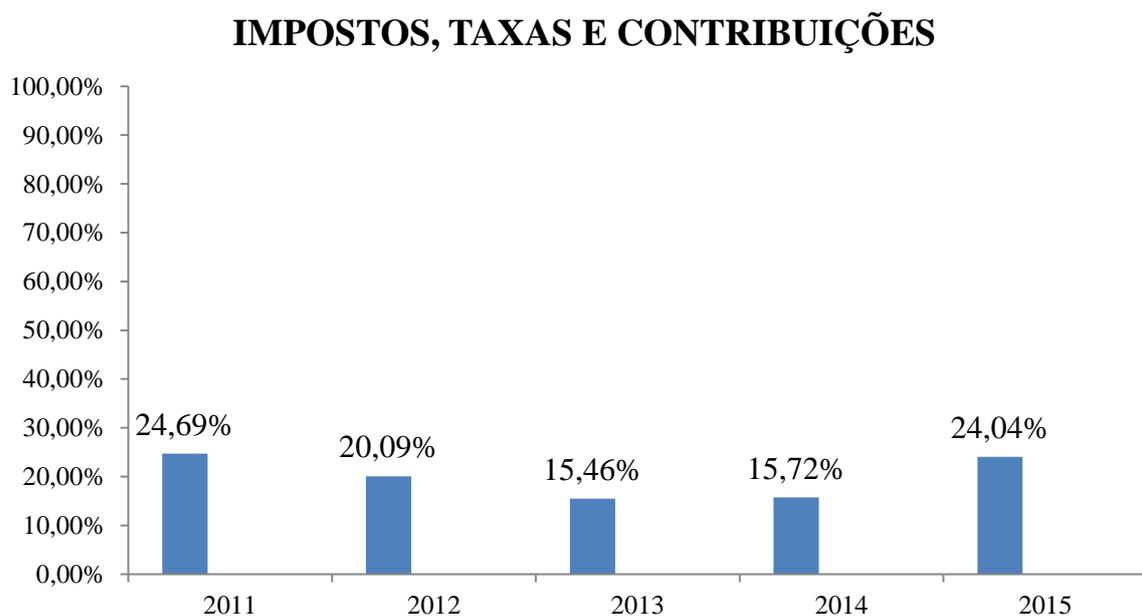
Fonte: elaborado pela autora (2016).

O Gráfico 6, demonstra toda a amostra em todos os anos analisados, ficando com o domínio geral a Remuneração de Capitais de Terceiros com a maior área de distribuição de riquezas geradas com 60,36%, em seguida Pessoal com 29,20%, Impostos, Taxas e Contribuições 18,52%, outras distribuições com 0,15%, por último Remuneração de Capitais Próprios -8,23%.

GRÁFICO 7 – Área Pessoal.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

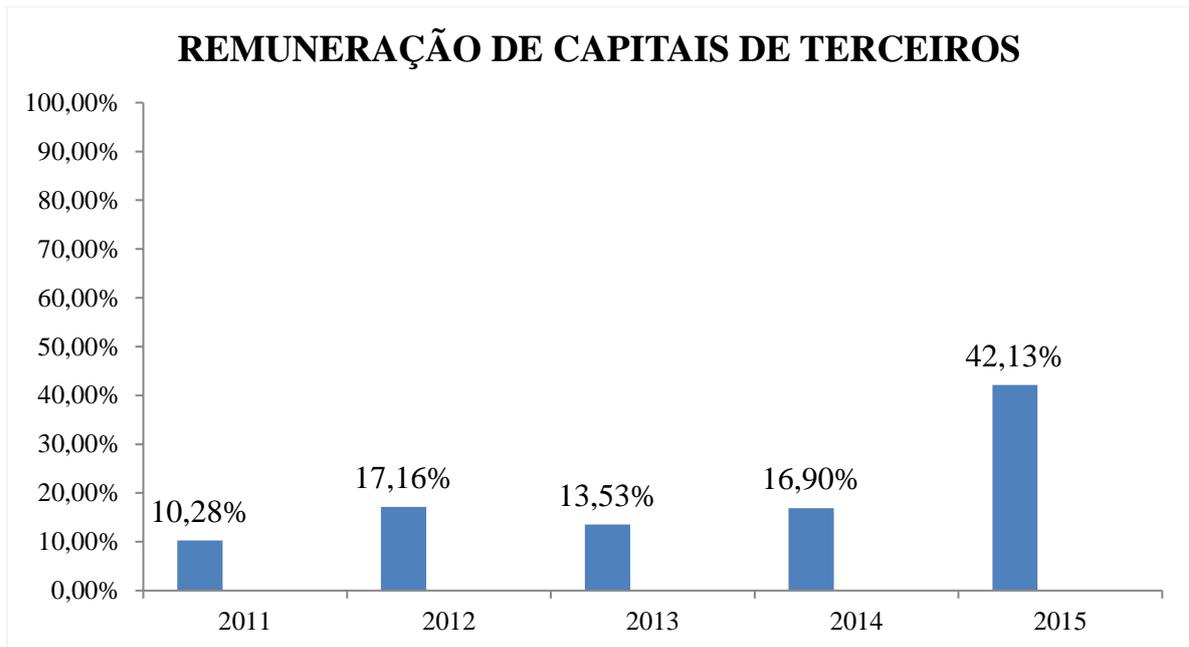
O gráfico 7, apresenta a participação da área pessoal em todos o anos analisados. Em 2015 foi o ano que a área mais obteve participação com 24,76%, seguindo do ano de 2014 com 22,14%, logo após 2013 com 19,15%, em 2012 com 17,55% e o ano que menos obteve riqueza distribuída foi em 2011 com 15,80%.

GRÁFICO 8 – Área Impostos, Taxas e Contribuições.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

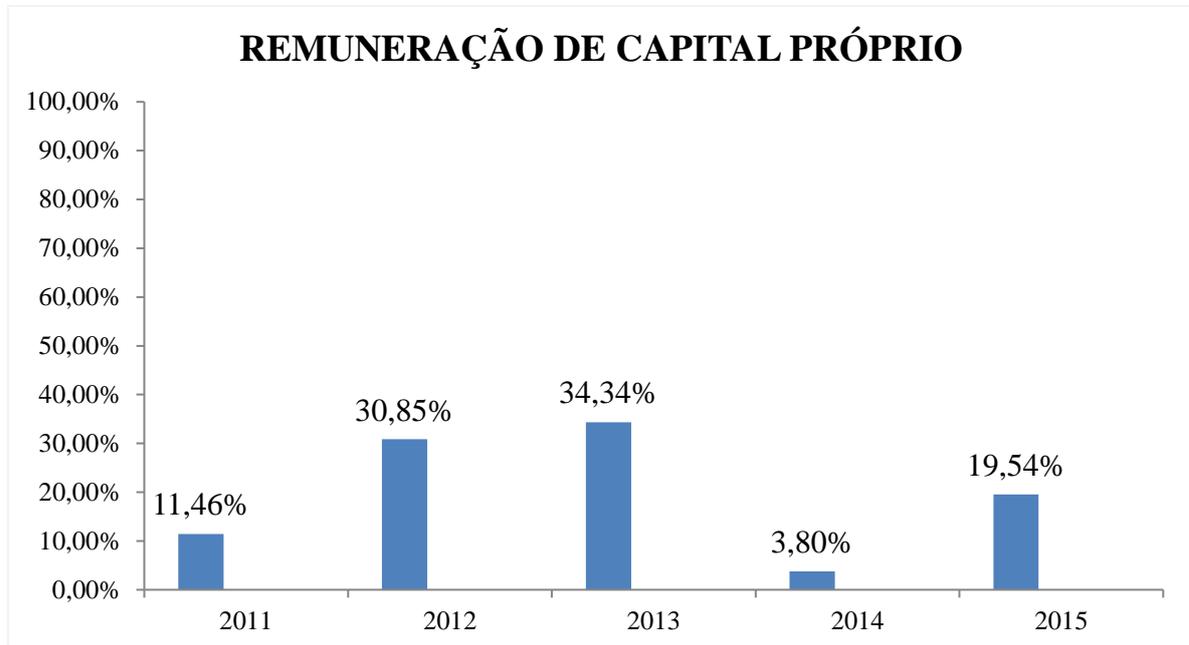
O ano que a área de impostos, taxas e contribuição obteve riqueza distribuída foi em 2011 com 24,26%, seguido de 2015 com 24,04%, em 2012 representado por 20,09%, em 2014 com 15,72%, logo após 2013 com 15,46% sendo o ano que menos obteve riqueza distribuída nessa área.

GRÁFICO 9 – Área Remuneração de Capitais de Terceiros.



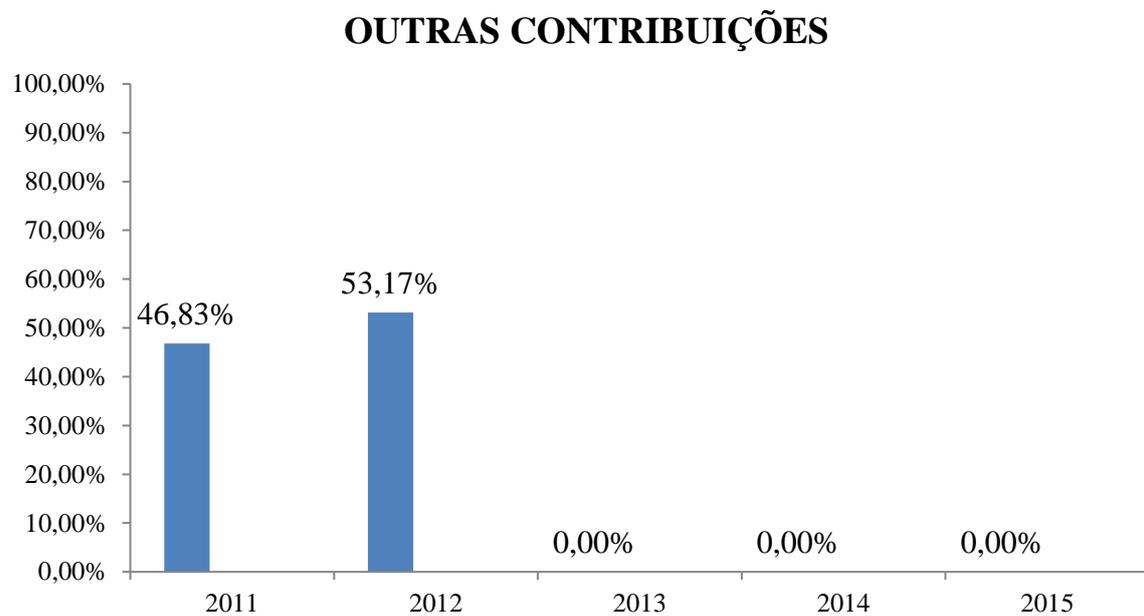
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Conforme o gráfico 9, o ano que a área de remuneração de capitais de terceiros obteve riqueza distribuída foi em 2015 representados por 42,13%, logo em seguida 2012 com 17,16%, ficando na terceira posição 2014 representados por 16,90%, 2013 com 13,53% e por ultimo o ano de 2011 com 10,28%.

GRÁFICO 10 – Área Remuneração de Capital Próprio.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A área de remuneração de capital próprio em 2013 é representador por 34,34% em riquezas distribuídas naquele ano, em 2012 a distribuição chegou a 30,85%, seguido do ano de 2015 com 19,54%, logo após o ano de 2011 com 11,46% e 2014 com apenas 3,80%.

GRÁFICO 11 – Área Outras Contribuições.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A área de outras distribuições obteve riquezas criadas destinada a ela, apenas no ano de 2012 com 53,17% e no ano de 2011 com 46,83%. No ano de 2013, 2014 e 2015 não obteve nenhuma distribuição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou como objetivo geral identificar como são distribuídas as riquezas das empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBovespa apresentadas através da DVA – Demonstração do Valor Adicionado.

Para a execução da pesquisa, utilizou – se as Demonstrações do Valor Adicionado de 3 empresas que divulgam suas demonstrações contábeis na BM&FBovespa, durante o período de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

A partir da análise de dados, concluiu – se que a área de Remuneração de Capitais de Terceiros é a que mais acumula riquezas geradas dentro das empresas analisadas com 60,36%, não sendo saudável para a saúde da empresa, pois essa área é composta de juros, alugueis, etc. Logo em seguida, tem-se a área de Pessoal com 29,20% do total de riquezas sendo que as empresas que mais contribuíram para isso foram a Vanguarda com 82,94% da sua riqueza e a PomiFrutas com 84,96%.

A terceira área com a maior distribuição de riquezas geradas refere-se aos Impostos, Taxas e Contribuições com 18,52% de riquezas distribuídas nesses 5 anos analisados, destacando – se a empresa SLC Agrícola com 22,38% da sua receita direcionada para essa área.

A área de outras distribuições ficou apenas com 0,15% da distribuição, sendo que a única empresa que apresentou valores para essa área foi a PomiFrutas nos anos de 2011 e 2012.

E por último, Remuneração de Capitais Próprios com porcentagem negativa de - 8,23%, referentes aos prejuízos do período apresentado pelas empresas Vanguarda durante todo o período de análise e a empresa PomiFrutas, onde apenas em 2013 obteve lucro no exercício.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. Cursos de contabilidade intermediária em IFRS e CPC. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2014. 228 p.

ARAÚJO, M. J. *Fundamentos do agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/LeticiaForatto/livro-fundamentosdeagronegocios>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. *Empresas listadas*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/BuscaEmpre.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BORGES, A. O grande desafio do agronegócio no Brasil. *Guia Log - Guia de Produtos e Serviços de Logística*, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.guialog.com.br/Y522.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.638*, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília - Edição Extra – 28 de dezembro de 2007, Seção 1, p.2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 04 mar. 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produto interno bruto da agropecuária deve ser de R\$ 1,1 trilhão*. dez. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Relatório de gestão do exercício de 2014*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/aceso_informacao/auditoria/relatorio-gestao-2014-SE-MAPA.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 1-12, ago./dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466/1442>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC Nº 1.055/05*, de 24 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras pro1.055idências. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. *Resolução CFC Nº 1.138/08*, 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 05 mar. 2016.

CONTINI, E. *Dinamismo do agronegócio brasileiro*. Agronline.com.br. 2002. Disponível em: <<http://www.ufv.br/Der2/mba/eru502/Eru502DinamismoAgronegocio.doc>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; LEONARDI, R. B. A.; BASTOS, E. T. Evolução recente e tendências do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano 15, n. 1, p. 5-28, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/119027>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CORRÊA, M. F. *A evolução da demonstração do valor adicionado no Brasil*. 23f. Trabalho de conclusão de Curso – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27194/000762995.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *A Busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais*. 2008. Disponível em: <http://cpc.org.br/pdf/CPC-plano%20de%20converg%C3%Aancia%20_%20novembro%20de%202008_proposta.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. *Conheça o CPC*. 2016. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 09, Demonstração do Valor Adicionado (DVA)*. 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

CUNHA, J. V. A. *Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 7-23, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772005000100001&script=sci_arttext&tlng>. Acesso em: 01 mai. 2016.

DALMÁS, S. R. S. P.; LOBO, D. S.; ROCHA JÚNIOR, W. F. A logística de transporte agrícola multimodal da região oeste paranaense. *Revista Informe GEPEC*, v. 13, n. 2. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewArticle/2379>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

FAESC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. *PIB da agropecuária tem alta de 1,8% em 2015*. Florianópolis, SC: FAESC, 2016. Disponível em: <http://www.faesc.com.br/portal/faesc/noticias_ler.php?noticia=6603>. Acesso em: 02 mar. 2016.

FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. D.; LIMA, J. F. Importância do agronegócio para o crescimento econômico do Brasil e Estados Unidos. *Revista Gestão & Regionalidade*, vol. 28, núm. 82, jan./abr., p. 5-17, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133423642002>>. Acesso em: 01/05/2016.

GARCIA, E.; CORBARI, E. M.; JUNIOR, D. A.; CISLAGHI, P.; TORRES, A. A importância da divulgação contábil mensurada ao *fair value*. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, (6) 11, 127-138 2º sem. 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1505/1223>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

HERRERA, V. E.; ABREU, A.; STOCO, M. C. M.; LOPES, L. O.; BARBOSA, D. H. A Competitividade da Agroindústria Sucroalcooleira do Brasil e o Mercado Internacional: Barreiras e Oportunidades. In: *XLIII Congresso da SOBER*, Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1020.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 336.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

MARION, J. C. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIGHETTI, R. C.; MICHEL, M. O comércio internacional como fonte geradora de desenvolvimento econômico e social do país. *Revista Científica Eletrônica de Administração*, São Paulo, ano VII, n. 12, jun. 2007. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/jojw3KnzKUga25w_2013-4-29-17-13-54.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

RODRIGUES, P. C. S. *Cumprimento dos requisitos de divulgação dos benefícios dos empregados*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade de Aveiro, Aveiro. 2013. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/handle/10773/12152>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SANT'ANA, J. Análise da viabilidade operacional da implantação do Terminal Intermodal de Cargas no estado de Mato Grosso do Sul: um estudo sobre a importância na integração dos modais de transporte para o agronegócio. In: XXI Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração - ENANGRAD, Brasília, 2010. *Anais da ANGRAD*, Brasília: ANGRAD, 2010.

SANTOS, A.; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 38. n. 2, p.153-164, abr./jun. 2003. Disponível em: <<http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3802153.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SILVA, N. M. G.; CESÁRIO, A. V.; CAVALCANTI, I. R. Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual. *In: X Encontro de Iniciação Científica à Docência*, UFPB – PRG, 2006. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/8.TRABALHO/8CCSA DAMT01.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. rev. e atual., Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino a Distância. 2001. 121 p.

SPROESSER, R. L.; SOGABE, V. P.; PEREIRA, A. A.; CAMPEÃO, P.; MELLO, R. C. Produtividade em terminais intermodais de grãos: um estudo multicaso utilizando a análise envoltória de dados – DEA. *In: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP*, Salvador, BA, out. 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_093_632_14491.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

ZEFF, S. A. A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças*, vol. 25 n. spe. São Paulo, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500300>. Acesso em: 01 mai. 2016.